

Constituintes debatem hoje a reforma agrária

ARQUIVO 22.8.86

A reforma agrária, por ser o ponto mais polêmico do projeto do relator Bernardo Cabral, volta a centralizar as atenções dos



constituintes para a realização de sessão extraordinária, hoje, das 18h45 às 23h45, para discussão do tema específico. Progressistas e conservadores irão travar uma verdadeira batalha em torno de questões como a imissão imediata da posse da terra, direito de propriedade, critérios de desapropriação e indenização do imóvel rural, além da definição de política agrícola.

O deputado José Dutra (AM), um dos oradores do PMDB — o senador Severo Gomes (SP) e o deputado Gonzaga Patriota (PE) são os outros dois — irá defender, na íntegra, a manutenção do projeto de Cabral. Concorde com a desapropriação de terras improdutivas (até três mil hectares) e uma regionalização da reforma fundiária. "É preciso uma decisão política e capacidade gerencial para que a reforma agrária vingue e termine este clima de violência entre sem-terras e proprietários de terras", afirmou. Mesmo assim, o parlamentar considerou que o Governo "está colocando o carro na frente dos bois", ao promover a desapropriação maciça de terras sem uma política agrícola definida. Defendeu também a criação de um fundo do desenvolvimento agrário, que apoiará a produção dos pequenos e médios agricultores.

O ex-ministro da Agricultura do Governo Geisel, deputado Alysso Paulinelli (RS) foi o orador indicado pela liderança do PFL para defender a garantia da propriedade produtiva e a necessidade de leis complementares para a inclusão da política agrícola e a lei agrária. A imissão imediata da posse da terra será também defendida pelo parlamentar, desde que haja uma prévia vistoria de ambas as partes interessadas na desapropriação. Paulinelli não poupou críticas à



Amaury Muller diz que o projeto beneficia os latifundiários

reforma agrária desencadeada pelo Governo Sarney, considerando empecilhos "a falta de competência, recursos e decisão política". As indenizações, para o PFL, devem ser pagas com Títulos da Dívida Agrícola (TDA's), ao passo que as benfeitorias com pagamento à vista, e em dinheiro.

O deputado Amaury Muller (RS), escolhido para ser o orador do PDT, pretende criticar veementemente o projeto do relator Cabral. "Isto que está aí nunca será uma reforma agrária, pois só beneficia os latifundiários e multinacionais", desabafou. A implosão dos problemas urbanos, segundo Muller, será a consequência mais direta e visível, na hipótese da manutenção e implantação da reforma agrária como

propõe o documento. Imissão imediata e automática da União das terras desapropriadas sem direito de recorrer à Justiça será defendido pelo deputado, bem como a proibição do acesso a terras nacionais por parte de pessoas jurídicas estrangeiras. Pretende propor também o instituto da perda sumária da terra improdutiva, além de tornar insuscetível de penhora a terra, benfeitoria, máquinas e animais dos proprietários rurais. A indenização será em TDA's paga em 20 anos, podendo o expropriado utilizá-la para o pagamento do Imposto Territorial Rural. Outra proposta do PDT será uma revisão via judicial de todas as doações, vendas e concessões de áreas e terras públicas realizadas últimos 25 anos.